Revista Brasileira de Educação em Geografia
www.revistaedugeo.com.br
ISSN 2236-3904

BAIXA CONCORRÊNCIA NOS VESTIBULARES PARA O CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA NA UEG, CAMPUS FORMOSA: possíveis implicações no ensino de Geografia

Alcinéia de Souza Silva
alcineias32@gmail.com

Doutoranda em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB). Professora na Rede Municipal de Ensino/Formosa-GO. Endereço: Avenida Circular Quadra 40 Lote 08, Jardim Triângulo. CEP: 73808-284. Formosa/GO

RESUMO

No Brasil, a procura pelos cursos de licenciatura tem diminuído ano após ano (INEP, 2013), e isso tem sido alvo de constantes reflexões, já que tal fenômeno alerta para uma possível falta de professores, em um futuro não muito distante. Neste contexto, o trabalho faz uma análise do dinamismo da concorrência para o curso de Geografia nos processos seletivos da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Campus Formosa, nos anos de 2001 a 2017 e tece algumas considerações acerca das prováveis implicações dessa baixa procura no ensino da disciplina, no âmbito da Educação Básica. Como metodologia, utilizou-se da análise de documentos institucionais, disponíveis em plataforma eletrônica, para o levantamento de dados necessários à discussão. Os resultados apontam que a situação é preocupante e sinalizam que torna-se necessária a elaboração de estratégias que promovam a procura pelas licenciaturas e a atratividade pela carreira docente, a começar pela implementação de políticas públicas voltadas à valorização profissional, salários dignos e condições de trabalhos adequadas ao processo de ensino-aprendizagem, bem como à reestruturação das universidades formadoras de professores, de modo a torná-las, de fato, espaços de formação do professor.

PALAVRAS-CHAVE

Baixa procura, Ensino de Geografia, Licenciaturas.

LOW COMPETITION IN VESTIBULARS FOR THE TRAINING COURSE OF TEACHERS IN GEOGRAPHY AT THE UEG, CAMPUS FORMOSA: possible implications in the teaching of Geography

ABSTRACT

In Brazil, the demand for teacher training courses has declined year after year (INEP, 2013), and this has been the subject of constant reflection, since this phenomenon warns of a possible shortage of teachers in the near future. In this context, the paper analyzes the dynamics of competition for the Geography course in the selective processes of the Goiás State University (UEG), Campus Formosa, from 2001 to 2017 and makes some considerations about the probable implications of this low demand in the teaching of the discipline, in the scope of Basic Education. As a methodology, it was used the analysis of institutional documents, available in electronic platform, for the collection of data necessary for the discussion. The results point out that the situation is worrying and indicate that it is necessary to develop strategies that promote the demand for teacher training courses and attractiveness for the teaching career, starting with the implementation of public policies aimed at professional valorisation, decent wages and conditions of work adequate to the teaching-learning process, as well as to the restructuring of teacher-training colleges, in order to make them, in fact, spaces for teacher formation.

KEYWORDS

Low demand, Geography teaching, Training course of teachers.

Palavras iniciais

Nas últimas décadas, vivenciamos grandes transformações políticas, econômicas, sociais, culturais, tecnológicas e espaciais. Na educação, de modo geral, muitos processos também mudaram, assim como mudou a forma de fazer educação no país. De modo particular, nos interessa desvelar e discorrer sobre a notória mudança na educação superior brasileira, sobretudo no que tange a baixa procura ou diminuição da concorrência nos cursos de licenciatura em Geografia, expressa pela pouca atratividade pela carreira docente. Neste contexto, o intento é refletir e fazer alguns apontamentos acerca das possíveis implicações dessa baixa concorrência no ensino de Geografia, no âmbito da Educação Básica, já que alerta para a falta de professores em um futuro próximo, caso não haja políticas públicas voltadas para a superação desse quadro.

A baixa procura ou pouca atratividade pelos cursos de formação docente, registrada basicamente nas últimas décadas, é preocupante, por isso, ao pensarmos na lógica em que, de que forma esse processo afetará a Geografia Escolar, destacamos a relevância social deste estudo, por ter como objeto de apreciação uma realidade crítica

no cenário educacional, que é a formação de professores e a qualidade do ensino básico brasileiro.

À luz disto e do necessário recorte espaço-temporal da pesquisa, procurou-se analisar o dinamismo da concorrência para o curso de Geografia nos processos seletivos da UEG, Campus Formosa, realizados nos anos de 2001 a 2017. Como procedimento metodológico, necessário ao levantamento de dados empíricos, utilizou-se a análise de documentos da própria instituição, disponibilizados em plataforma eletrônica.

A baixa procura pelos cursos de licenciatura, de forma geral, nos permite pensar num possível "apagão" de professores – como muitos defendem – e, consequentemente, provoca uma profunda reflexão sobre as contradições e as mazelas que circundarão a Geografia, de forma particular. Não pretendemos apresentar um discurso alarmante e apocalíptico sobre o assunto, mas procuramos destacar que, com a acentuada queda no número de inscritos nos vestibulares da unidade investigada, que se constitui a principal instituição formadora de professores de Geografia do município e da região, o número de profissionais formados nessa área poderá diminuir consideravelmente daqui a algumas décadas, e não ser suficiente para suprir a demanda local. Sobre isso, Leão (2013, p. 18) afirma que, "os problemas relativos à formação dos docentes refletem na qualidade do ensino nas escolas básicas".

Esse cenário preocupante, em que se consegue antever a acentuação das deficiências na educação geográfica, implica bem mais que o desaparecimento/apagão desse profissional do mercado de trabalho ou a morte/o fim das licenciaturas, mas pode desencadear uma involução social. Khaoule e Souza (2013) corroboram tais ideias, ao enfatizar que a formação dos professores possibilita mais que a transformação do ensino, implica também, na diminuição e no enfraquecimento da desigualdade, que há muito se enfrentam no Brasil. Indubitavelmente, a formação docente, nesses termos, é um instrumento de crescimento e desenvolvimento social.

A Geografia Escolar possui sua importância e especificidade no processo de formação do indivíduo, sobretudo no que tange a construção da cidadania, dado que o desenvolvimento de práticas cidadãs está intimamente ligado ao processo de leitura e compreensão que o aluno faz da realidade socioespacial em que vive. Sua importância no processo de intervenção e de transformação social, bem como no processo de interpretação da complexa espacialidade da sociedade globalizada, se constitui, portanto, na mola propulsora para que discutamos sobre a formação de professores e a inferência dos seus problemas no ensino básico brasileiro.

Considerando que, por mediação dos conhecimentos geográficos, o ensino de Geografia contribui de forma significativa na formação de cidadãos, logo para o desenvolvimento social, faz-se oportuno destacar, tanto a importância da formação inicial, quanto do professor desta disciplina nesse processo. Callai (2013) pontua que:

> [...] desencandear os processos de compreensão do mundo, considerando o espaço produzido pelos homens ao longo de suas vidas é oportunizar aos alunos a capacidade de se entenderem sujeitos da sua história [...] Fazer a educação geográfica requer que o professor conheça a sua ciência, os seus pressupostos teóricos, os métodos e que tenha o conhecimento específico. Da mesma forma é fundamental ter clareza dos parâmetros pedagógicos que envolvem a aprendizagem (CALLAI, 2013, p. 8).

Tal afirmação, de outro modo, revela a importância e atesta a imprescindibilidade da licenciatura no processo de formação do professor de Geografia. Daí, o fundamento para apontarmos possíveis fragilizações e precariedades anexas ao ensino de Geografia, num espaço-temporal não muito distante, a partir do possível fim das licenciaturas decorrente da baixa procura nos vestibulares e da falta do professor de Geografia na Educação Básica.

À nossa ótica, a lista de concorrência, cada vez menor, e as cadeiras, cada vez mais vazias nos cursos formadores de professores, sinalizam problemas adiante. Não que estejamos declarando que o itinerário do professor na licenciatura, seja decisivo no processo de formação do bom professor e da sua aptidão e/ou identidade docente. Devido às deficiências que permeiam a universidade, sobretudo as licenciaturas, sabemos que a mesma não tem cumprido o seu papel na preparação do professor para a escola básica, mas, mesmo com as precariedades que a aflige, reconhecemos sua importância na formação inicial do professor.

Por isso, nesse trabalho, procuramos realçar o papel singular que a licenciatura possui na formação do professor de Geografia, uma vez que se constitui como o espaço próprio para que ele se aproprie dos pressupostos teórico-metodológicos da ciência geográfica, dos conhecimentos educacionais e didático-pedagógicos que permeiam o processo educativo, e ainda, para que ele conheça o espaço escolar em sua dinamicidade e realidade concreta, estabelecendo reflexões sobre a prática docente no processo de ensinar e aprender Geografia.

Apontamentos sobre a formação de professores

Numa macro escala, as marcas registradas pela baixa concorrência poderão ser sombrias na educação brasileira. Como dito, se mantida nesses parâmetros, ocasionará em um futuro próximo, a falta de professores nas escolas do país. De acordo com as estatísticas apresentadas pelo Ministério da Educação em 2013, é cada vez menor a quantidade de estudantes que procuram os cursos de licenciatura. Consequentemente, em breve, o Brasil poderá estar formando menos docentes do que em tempos atuais e passados.

Especialistas estimam que o Brasil precisará, até o ano 2024, de aproximadamente dois milhões de novos professores para cumprir as metas do Plano Nacional da Educação (PNE), aprovado em 2014. Acreditamos que, com o número de docentes que o país possui atualmente, é possível atender tal demanda, entretanto, com a significativa diminuição das inscrições nos vestibulares das licenciaturas, futuramente poderá faltar, caso a demanda, também prevaleça.

Isto posto, por meio dos dados e apontamentos que seguem abaixo, visamos fornecer elementos empíricos/concretos que subsidiem, seja a discussão acerca da "crise na procura pelas licenciaturas" e suas implicações na Educação Básica, seja a elaboração de estratégias e implementação de medidas eficazes no incentivo ao acesso e à permanência do estudante nos cursos formadores de professores, bem como a sua valorização e seu prestígio profissional.

Os dados desvelam que, naquela universidade (UEG, Campus Formosa), o número de inscritos nos processos seletivos das duas últimas décadas tem apresentado queda significativa, de modo a sinalizar que, adiante estará formando menos professores de Geografia do que na atualidade. Na verdade, pelo que se constata nas salas de aula do último semestre do curso e nas formaturas/colações de grau, cada vez mais, tem se formado menos professores, processo que decorre de significativas taxas de evasão/abandono, ao longo do curso.

Isso gera preocupação, dado que, verifica-se, sobretudo nas adjacências do município, a exemplo do Distrito Federal (DF), uma absorção considerável da mão-de-obra destes profissionais, além da demanda interna do município, que possui aproximadamente 115.000 habitantes (IBGE, 2017) e 40 escolas que atendem os anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Vejamos os dados relativos a concorrência nos processos seletivos da instituição entre os anos 2001 a 2017:

Ano	Vagas	Inscritos	Insc./Vaga
2001	40	497	12,43
2002	40	559	14,0
2003	Não há dados disponíveis		
2004	40	508	12,7
2005	40	372	9,30
2006	40	283	7,08
2007	32	315	9,84
2008	32	280	8,75
2009	Não há dados disponíveis		
2010	32	169	5,28
2011	Não há dados disponíveis		
2012	32	126	3,94
2013	32	165	5,16
2014	32	99	3,09
2015	32	124	3,88
2016	32	123	3,84
2017	Não há dados disponíveis		

Tabela 1 – Concorrência nos processos seletivos da UEG, Campus Formosa (2001-2017) – Curso de Geografia.
Fonte: UEG (2017). Disponível em <http://www.nucleodeselecao.ueg.br/processos.asp?tp=33>. Acesso em 15 dez. 2017.

Os dados apontam que, basicamente em quinze anos, a relação entre o número de inscritos e o de vagas ofertadas, caiu de 12 para 3, o que é preocupante. Essa situação se agrava quando associada aos importantes casos de desistência do curso e à questão de que muitos dos profissionais licenciados em Geografia, por não possuírem identidade com a docência, não atuarão em sala de aula, ou seja, são professores de formação que não exercerão a profissão: "passaram" pela licenciatura, simplesmente para obter a titulação de nível superior, exigida para o ingresso em outra área, mas não terão as salas de aula como destino ocupacional.

No próprio estado de Goiás, em outros campi universitários da UEG, a situação que abarca a baixa atratividade pelo curso de licenciatura em Geografia, é bem pior, principalmente em Anápolis, Morrinhos e Quirinópolis, cuja demanda, no ano de 2013, não chegou a 1 inscrito por vaga. Vejamos o resultado de um estudo realizado por Dias

(2015), cujo objetivo foi o de polemizar as políticas públicas caracterizadas como neoliberais na educação, especificamente no estado de Goiás, no contexto da chamada "crise da licenciatura", relacionando-a ao índice de procura pelo curso de Geografia:

Curso	Municípios	Inscrição/vaga
Geografia	Anápolis	0,44
Geografia	Formosa	5,16
Geografia	Goiás	1,97
Geografia	Iporá	1,03
Geografia	Itapuranga	1,50
Geografia	Minaçu	2,06
Geografia	Morrinhos	0,88
Geografia	Pires do Rio	1,44
Geografia	Porangatu	5,38
Geografia	Quirinópolis	0,88

Imagem 1 – Concorrência no curso de licenciatura em Geografia da UEG (2013).
Fonte: DIAS, Wagner Alceu (2015). Disponível em <http://www.revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo/article/viewFile/221/159>. Acesso em 22 dez. 2017.

Situação bem semelhante ao do estado de Goiás tem ocorrido na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Aranha e Souza (2013) revelam que:

> Cursos como Ciências Biológicas, Educação Física, Geografia, História, Letras, Matemática e Pedagogia, que eram disputados numa correlação de 12 a 30 candidatos por vaga, há dez anos, para 2012 contaram, respectivamente, com 3,5; 2,1; 1,6; 4,8; 1,4; 2,9; e 3,0 candidatos para cada vaga. Situação semelhante aconteceu no vestibular 2013, com queda ainda mais acentuada em alguns desses cursos. Mesmo considerando que houve aumento do número de vagas em alguns deles, redução da concorrência em outros cursos que não os de licenciatura e que caiu de 18 para 9 a média geral da relação candidato/vaga na Universidade, a generalizada queda da concorrência nos cursos de licenciatura é forte indício do crescente desinteresse pela docência atualmente [...] A UFMG forma hoje metade dos professores que formava dez anos atrás (ARANHA e SOUZA, 2013, p. 79).

Conforme exposto no início da seção anterior, "todas as mudanças produzidas no âmbito político, social, econômico, cultural, laboral etc., provocaram e estão provocando, como não poderia ser diferente, mudanças no âmbito universitário" (TEJADA, 2012). Entretanto, em vez de encarar esse processo de baixa procura pelas licenciaturas como um problema, deve ser enfrentado como oportunidade,

como impulso, como circunstância favorável à melhoria, à promoção da atratividade pela profissão, à busca de soluções e reflexões sobre a formação docente no Brasil. Assim, é nesse contexto de mudanças, conflitos, contradições e demandas de ordens diversas que a "crise das licenciaturas" deve ser compreendida.

De acordo com Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) vive-se, enfim, um contexto de "mal estar docente", de desvalorização da profissão e, por isso, há a necessidade de sua reconfiguração e de reconfiguração das licenciaturas. Vive-se, ainda, um cenário em que questões didático-pedagógicas, estruturais, curriculares e outras ligadas às licenciaturas, a exemplo das políticas públicas, devem ser (re)examinadas, (re)avaliadas e melhor adequadas ao cumprimento da missão dos cursos e da construção da identidade docente, principalmente pelos processos de elevado número de evasão e de baixa procura nos cursos de formação docente, a exemplo das universidades mencionadas.

É preciso que a instituição, de modo geral, e que os professores formadores do futuro professor, de modo particular, reconheçam que a licenciatura forma um único profissional: o professor da Educação Básica, e nisso, desenvolvam atividades condizentes com essa finalidade. São, portanto, para este fim que os conhecimentos devem se direcionar, de forma que, o que se ensina na universidade possa ser útil ao exercício da profissão, isto é, na escola, caracterizada como o palco onde as singularidades e as contradições dos sujeitos se entrelaçam, e ali, fazem-se necessários os saberes próprios da docência no trato dessas questões. Não resta dúvida que o modo ou a dinâmica do trabalho desenvolvido pelas instituições, reflete, tanto na permanência do aluno no curso, quanto no seu abandono.

Mas, para além dela (da instituição), é preciso desenvolver políticas concretas de valorização profissional, de atratividade da carreira, de melhorias das condições de trabalho do professor, tanto em nível superior quanto em nível de Educação Básica.

A Resolução n.º 2/2015, ao definir as diretrizes nacionais para a formação de profissionais do magistério para a Educação Básica, destaca a importância do professor e a necessidade de sua valorização profissional. Por ela fica determinado que o atendimento do ensino básico brasileiro dar-se-á pelo profissional do magistério (aqueles que, possuindo a formação mínima exigida pela legislação federal das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, exercem atividades de docência e demais atividades pedagógicas).

Se confrontarmos essa diretriz com a declaração do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP, em que "os dados do Censo Educacional 2013 sinalizam que houve redução pelo quarto ano seguido, do número total de matriculados

em licenciaturas em geral", indagamos: por quem ficará a responsabilidade designada acima e qual a consequência dessa importante diminuição de inscritos nos cursos de formação docente, já que a formação básica é condição necessária ao desenvolvimento social de um país?

Conforme pontua a Lei de Diretrizes e Bases da Educação n.º 9.394/96, Art. 22. "A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores". Dessa maneira, o fato – uma possível falta de professores – aponta para um problema de cunho social que clama por ações imediatas: políticas públicas eficazes para sua reparação e a reversão desse quadro inquietante. Segundo Libâneo (2011),

> [...] os números ressaltam preocupações com a profissionalização docente, implicando salários, condições de trabalho, melhor qualificação, mais estabilidade de equipes docentes nas escolas, tudo isso como a condição para a reconfiguração da identidade profissional e a melhoria da imagem do professor, inclusive para aumentar o número de candidatos à profissão (LIBÂNEO, 2011, p. 84).

Nesse sentido, o PNE (2014-2024), ao estabelecer como uma de suas metas prioritárias, "elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público", define:

> Estratégia 12.4) fomentar a oferta de educação superior pública e gratuita, prioritariamente para a formação de professores e professoras para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, bem como para atender ao déficе de profissionais em áreas específicas (BRASIL, PNE, 2014).

O projeto busca promover o aumento de matrículas e garantir o acesso e a permanência destes profissionais nas universidades formadoras de professores. Para tanto, oferecimento de bolsas, simplificação no processo de financiamento, reforma curricular das licenciaturas, valorização profissional e possiblidades de certificação de competências profissionais, são algumas estratégias elencadas pelo governo.

O que se nota são olhares estratégicos (ao menos no plano teórico), a fim de que se mantenha a procura pelos cursos formadores de professores. Entretanto, apenas isso não basta. Reiteramos que se faz necessário estender este olhar para além dos muros da universidade, com políticas públicas reais e eficazes, que visem a valorização profissional, a melhoria nas condições de trabalho e o reconhecimento social ao

professor. E, só assim, os dilemas e as dicotomias que permeiam a docência, poderão ser eliminados e a profissão poderá voltar a ser quista, atrativa, almejada e procurada.

A seguir, discorreremos sobre as possíveis implicações dessa baixa atratividade pela carreira docente, expressa pela baixa concorrência nos processos seletivos das licenciaturas, no processo de ensino-aprendizagem em Geografia.

O ensino de Geografia nesse contexto

A formação e as práticas de ensino do professor de Geografia são imprescindíveis ao alcance dos propósitos dessa disciplina, que segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1998),

> [...] tem um tratamento específico como área, uma vez que oferece instrumentos essenciais para a compreensão e intervenção na realidade social. Por meio dela podemos compreender como diferentes sociedades interagem com a natureza na construção de seu espaço, as singularidades do lugar em que vivemos, o que o diferencia e o aproxima de outros lugares e, assim, adquirir uma consciência maior dos vínculos afetivos e de identidade que estabelecemos com ele. Também podemos conhecer as múltiplas relações de um lugar com outros lugares, distantes no tempo e no espaço e perceber as relações do passado com o presente (BRASIL, PCNs, 1998, p. 16).

Além dos PCNs, outra base legal que estabelece o papel da Geografia no ensino básico, é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2017:

> [...] estudar Geografia é uma oportunidade para compreender o mundo em que se vive, na medida em que esse componente curricular aborda as ações humanas construídas nas distintas sociedades existentes nas diversas regiões do planeta [...] Para fazer a leitura do mundo em que vivem, com base nas aprendizagens em Geografia, os alunos precisam ser estimulados a pensar espacialmente, desenvolvendo o raciocínio geográfico, que é uma maneira de exercitar o pensamento espacial (BRASIL, BNCC, 2017, p. 357).

Pensamos que a Geografia auxilia os estudantes a compreender a complexa espacialidade dos fenômenos, contribui na sua formação plena e oportuniza-lhes estudos significativos que os levem a entender a realidade social e suas ligações, nos diversos níveis de análise, de forma a estabelecer referências mais amplas para interpretar de forma mais crítica e intervir no mundo em que vivem (CALLAI, 2014). De igual modo, defende Antunes (2010, p. 37): "ensina-se Geografia para que os alunos possam construir e desenvolver uma compreensão do espaço e do tempo, e fazer uma leitura coerente do mundo e dos intercâmbios que o sustentam".

Para tanto, o professor, imbuído das concepções teórico-metodológicas, próprias da ciência geográfica, assim como dos saberes didático-pedagógicos essenciais ao exercício da docência, logo, favoráveis ao processo de ensino-aprendizagem, se torna o mediador imprescindível à consolidação de tais funções da Geografia enquanto disciplina escolar.

Um professor não habilitado nessa área (Geografia), provavelmente encontrará percalços no desenvolvimento da educação geográfica, já que não teve, contemplado em sua formação inicial, os conhecimentos ligados à educação, de modo geral, à Didática, Pedagogia, Filosofia e Psicologia da educação, assim como os conhecimentos específicos dessa ciência. Esse coeficiente, indubitavelmente, implicará, negativamente, no ensino da disciplina, na escola.

Segundo Cavalcanti (1998, p. 88), "seja como ciência, seja como matéria de ensino, a Geografia desenvolveu uma linguagem, um corpo conceitual que acabou por constituir-se numa linguagem geográfica". Seus conteúdos, temas e conceitos são singulares e se configuram como mediadores da leitura e da compreensão espacial, por conseguinte, da construção da cidadania e da transformação social.

Para a efetivação desse processo, torna-se necessário que o professor desse componente curricular domine, pedagógica e teoricamente, os conteúdos geográficos, confrontando-os com os saberes cotidianos dos alunos, e nisso, tornando-os significativos às suas vivências e práticas socioespaciais. Assim, poderão ser construídos os conhecimentos necessários a uma leitura menos inocente das espacialidades do mundo globalizado e ao desenvolvimento do indivíduo, enquanto sujeito social.

A Geografia, nesse viés, se configura como instrumento de formação intelectual que capacita e empodera o aluno a intervir na sociedade, de modo a contribuir, tanto com sua construção quanto com sua transformação. Isso se dá por que, lendo e compreendendo o mundo pela sua dimensão espacial, e sabendo que a realidade social se manifesta no espaço (objeto de estudo da Geografia) e interfere na sua lógica de uso e organização, o aluno poderá desenvolver ações interventivas com vistas a torná-lo menos desigual e mais democrático.

Na visão de Callai (2013), construir os referenciais básicos para a análise espacial é ter clareza epistemológica da nossa ciência, por isso realçamos mais uma vez a imprescindibilidade do professor formado em Geografia no processo de formação cognitiva, crítica e cidadã do aluno, por ser o profissional apto para mediar a construção de conhecimentos geográficos, a partir da dialética que envolve a interação entre os

conhecimentos pedagógicos, os conhecimentos específicos da sua área de formação e os conhecimentos construídos com as experiências socioespaciais dos sujeitos escolares.

Em vista dos argumentos apresentados, expressamos que a baixa concorrência nos processos seletivos das licenciaturas, de modo geral, pode acarretar a exiguidade do professor de Geografia na Educação Básica. Consequentemente, esse processo poderá desencadear sérios problemas no ensino da disciplina, sobretudo no trato das questões epistemológicas e didático-pedagógicas, asseguradas pelas licenciaturas.

Como apontado, é preciso reverter o panorama apresentado e discutido. Para tanto, reiteramos mais uma vez: torna-se necessária a elaboração de estratégias que promovam a procura pelas licenciaturas e a atratividade pela carreira docente, a começar pela implementação de políticas públicas voltadas à valorização profissional, salários dignos e condições de trabalhos adequadas ao processo de ensino-aprendizagem, bem como à reestruturação das universidades formadoras de professores, de modo a torná-las, de fato, espaços de preparação do professor. Faz-se necessário que os professores formadores reconheçam que o profissional que a licenciatura forma é o professor da Educação Básica. Logo, o que se ensina e o que se aprende deve voltar-se à sua atuação no âmbito do espaço escolar.

Considerações finais

Considerando a discussão apresentada e os dados do INEP (2013), constata-se que o cenário educacional passa por uma possível "crise das licenciaturas", em escala nacional. A contextualização por meio da realidade vivenciada pelo curso de Geografia na UEG, Campus Formosa, e as reflexões apresentadas nas linhas anteriores, apontam a necessidade da implementação de medidas rápidas, no intento de promover a procura pelos cursos de graduação voltados à formação docente e impedir um possível "apagão" ou exiguidade de professores.

É uma questão de fôlego. O papel das licenciaturas na formação inicial do professor tem sido ponto de discussões e reflexões no âmbito educacional, pois como pontua Leão (2013, p. 18) "os problemas relativos à formação dos docentes refletem na qualidade do ensino nas escolas básicas". Trata-se de um ciclo que afeta o desenvolvimento do país numa macro escala, pois a falta de professores e, mesmo a presença de profissionais não habilitados no exercício das áreas específicas na Educação Básica, são sinônimos de precarização no ensino e ausência da construção de

conhecimentos, conforme a identidade e objeto da disciplina. Todos os fatores associados terão como consequência a formação de um caos no sistema educacional e na sociedade, num todo.

Deste modo, consentir tais deficiências na educação brasileira significa contribuir com a consolidação de uma sociedade parva e alienada, submetida a uma conjunção de dominação, disparidade e estratificação social, dado que, a instrumentalização necessária ao processo de leitura e compreensão da realidade social, configuradas como essenciais à emancipação do indivíduo, enquanto sujeito social, advém principalmente do trabalho intencional desenvolvido no âmbito escolar.

À vista disso, o momento é oportuno para levantar as discussões e estabelecer as estratégias vitais para robustecer os cursos de licenciatura no país. O contexto de céleres mutações na economia, na cultura, na política e na sociedade, de modo geral, se torna campo fértil para que haja a valorização do professor e não o seu desapreço, pois é por meio dele que as contradições intrínsecas a tais processos podem ser rompidas.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Celso. **Geografia e Didática**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

ARANHA, Antônia Vitória Soares; SOUZA, João Valdir Alves de. As licenciaturas na atualidade: nova crise? **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 50, p. 69-86, out./dez. 2013. Editora UFPR.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília-DF, 2017.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em 04 jan. 2018.

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm> Acesso em 04 jan. 2018.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, 1998.

_____. **Plano Nacional de Educação:** construção e perspectivas. Ana Valeska Amaral Gomes e Tatiana Feitosa de Brito. (Orgs). – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara: Senado Federal, Edições Técnicas, 2015.

CALLAI, Helena Copetti. **A formação do profissional da geografia**. Unijuí: Rio Grande do Sul, 2013.

_____. A Geografia é ensinada nos anos iniciais? Aprende-se Geografia nos anos iniciais? In: TONINI, I. M. [et al.]. (Orgs.). **O ensino de geografia e suas composições curriculares**. Porto Alegre: UFRGS, 2014.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção do conhecimento**. Campinas: Papirus, 1998.

DIAS, Wagner Alceu. Crise das licenciaturas? Geografia em contexto. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 5, n. 10, p. 09-31, jul./dez., 2015.

IBGE. **Cidades**. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em 31 dez. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Matrículas no Ensino Superior**. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/visualizar/-/asset_publisher/6AhJ/content/matriculas-no-ensino-superior-crescem-3-8>, 2013. Acesso em 18 nov. 2015.

KHAOULE, Ana Maria Kovacs; SOUZA, Vanilton Camilo. Desafios Atuais em relação à formação do professor de Geografia. In SILVA, Eunice Isaías da; PIRES, Lucineide Mendes (Orgs). **Desafios da didática de Geografia**. Goiânia: Ed da PUC de Goiás, 2013, p. 87-105.

LEÃO, Vicente de Paula. Os cursos de Geografia e as diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da educação básica, In: ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de; FERREIRA, Joseane Abílio de Sousa (Orgs). **Formação, pesquisas e práticas docentes:** reformas curriculares em questão**.** João Pessoa: Ed. Mídia, 2013, p.15-45.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora?** novas exigências educacionais e profissão docente. 13. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MEC. Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015: **Diretrizes Curriculares para a formação inicial em nível superior.** 2015.

TEJADA, José. Inovação docente na Universidade: alternativas na formação de professores. In: **Didática e formação de professores:** perspectivas e inovações/ organizadoras Marilza Vanessa Rosa Suanno, Núria Rajadell Puiggròs. Goiânia: CEPED Publicações e PUC Goiás, 2012.

Recebido em 04 de janeiro de 2018.

Aceito para publicação em 07 de dezembro de 2018.